

## **ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA AGENDA DE UM PROGRAMA DE INCENTIVOS FINANCEIROS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA**

**DAVI GOMES MILAGRES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

**MARCO AURÉLIO MARQUES FERREIRA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

**SUELY DE FÁTIMA RAMOS SILVEIRA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

### **Agradecimento à órgão de fomento:**

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio financeiro, essencial para a realização e o desenvolvimento desta pesquisa.

# ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA AGENDA DE UM PROGRAMA DE INCENTIVOS FINANCEIROS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA

## INTRODUÇÃO

Nas sociedades há fenômenos com efeitos abrangentes o suficiente para capturar a atenção de indivíduos e grupos e alguns são valorados negativamente. Assim, nos mais diversos campos, são definidos problemas coletivos, como poluição, fome, violência, degradação ambiental, pandemias, entre outros. Porém, somente uma parte dos problemas será adequadamente definida como problema e uma fração ainda menor contará com as condições necessárias e suficientes para entrar na agenda governamental (Capella, 2018). Assim, a mera percepção de um problema não implica engajamento governamental para sua solução (Rua, 2009).

Da percepção e priorização dos problemas na agenda até a formulação de alternativas para combatê-los, um complexo processo social e político transcorre. Nesse sentido, o modelo de múltiplos fluxos de Kingdon (2003) fornece uma estrutura para organizar as informações e, assim, permite uma melhor compreensão desse processo social e político. Kingdon (2003) define três fluxos que condicionam a entrada do problema na agenda governamental: o fluxo de problemas, fluxo de alternativas e fluxo da política. Além disso, apresenta o conceito de empreendedor de políticas públicas e janela de oportunidade (Kingdon, 2003).

No contexto da educação básica pública brasileira inúmeras condições são amplamente compreendidas como problemas, embora se divirja sobre o nível de prioridade que devam ter: infraestrutura inadequada, déficit de professores, violência escolar, desvios de recursos, materiais e métodos de ensino inadequados, baixo desempenho em testes nacionais e internacionais, bullying (OCDE, 2021). Dessa miríade de problemas, um conjunto de situações no ensino médio público foram recentemente considerados problemas prioritários do campo educacional pelo governo federal: infrequência, reprovação, abandono, evasão e a distorção idade-série (INEP, 2023).

Como solução para tais problemas, o governo federal regulamentou o programa Pé-de-Meia. O programa de incentivos financeiros Pé-de-meia, no qual estudantes de baixa renda do ensino médio das redes públicas recebem incentivos financeiros caso cumpram determinadas condicionalidades como, matrícula, frequência mínima de 80%, participação no Exame Nacional do Ensino Médio e aprovação na série matriculada (MEC, 2024). O pressuposto é que os incentivos financeiros conseguem estimular maior comprometimento dos estudantes com a escola e, assim, reduzir os referidos fenômenos. Assim, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: como ocorreu o processo de definição de agenda e alternativas que culminou no programa Pé-de-meia do Governo Federal? Como **objetivo geral** tem-se: descrever o processo de definição de agenda que culminou no programa Pé-de-Meia. Como **objetivos específicos** têm-se: i) apresentar o fluxo dos problemas, das soluções e da política que culminaram no referido programa.

Na perspectiva social, o programa Pé-de-meia representa uma tentativa de solucionar um conjunto de problemas que é mais intenso em relação aos jovens das camadas mais vulneráveis da sociedade. Assim, o estudo deste programa pode contribuir para aperfeiçoá-lo e em busca de maior efetividade, contribuindo para atenuação de desigualdades educacionais. Cientificamente a pesquisa pode contribuir para testar a aplicabilidade de um modelo teórico amplamente reconhecido no campo de políticas públicas num novo programa. Além disso, a sistematização do processo de definição do problema, da agenda e das alternativas aumenta o estoque de conhecimento que poderá ser utilizado para analisar futuras políticas e programas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Políticas Públicas

De modo geral, as Políticas Públicas podem ser entendidas como ações coordenadas pelos governos para tratar determinadas questões que afetam as coletividades sob tutela. Algumas questões tratadas pelas políticas públicas são consideradas elementares e justificadores da própria estrutura coercitiva estatal, por exemplo: segurança interna e externa, infraestrutura de transporte e comunicação, saúde, educação e desenvolvimento econômico (Rua, 2009; Capella, 2018).

Complexos fatos, processos sociais e políticos levam os indivíduos e seus agrupamentos a direcionarem atenção a determinados aspectos da realidade em detrimento de outros, assim como valorá-los como bons ou ruins em diferentes graus. Capella (2018, p.15) aponta que algumas correntes sociológicas como do interacionismo simbólico veem os problemas como “construções sociais, implicando não apenas objetivas, mas também juízos subjetivos”. Esse fato pode ser observado facilmente quando se considera as agendas sistêmicas e políticas ao longo do tempo para um mesmo povo ou quando numa mesma época observa-se a diversidade cultural de povos de países e que demandam e recebem de seus governos políticas públicas que são tidas como abjetas em outras regiões.

As políticas públicas que de fato são desenvolvidas sempre lidam com um subconjunto de problemas mais restrito ao considerar o total de problemas socialmente discutidos. Diversos fatores explicam isso como, a escassez da atenção, a incapacidade de processamento do volume de informações pelo sistema político, ou ainda, interesses e prioridades divergentes (Birkland, 2019; Kingdon, 2003). Somente aqueles problemas que atendam alguns requisitos se tornam merecedores de tratamento pelo sistema político e podem receber tratamentos (Capella, 2018).

Com o intuito de descrever e analisar o processo de construção das políticas, diversos modelos foram desenvolvidos com enfoques diferentes. O modelo do ciclo de políticas públicas desenvolvido por Lasswell (1951) e posteriormente refinado e debatido até os dias atuais por diversos autores (Rua, 2009; Secchi 2013) fragmenta as políticas em fases ou etapas interligadas: formação da agenda, escolha das alternativas, implementação, monitoramento, avaliação e encerramento. Uma crítica comum ao modelo decorre de observações empíricas que revelam sobreposições de etapas e a não linearidade. O foco do modelo está no processo e não nos atores e estratégias para especificação do conteúdo da política.

Dado que as políticas representam decisões que implicam ganhos e perdas para diferentes atores sociais, esses interagem segundo diferentes padrões para afetar o conteúdo das políticas. Assim, outros modelos teóricos passaram a focalizar os atores. Por exemplo, Weible, Sabatier e McQueen (2009) discutem uma estrutura de coalizões de defesa, nesse modelo atores compartilham crenças e valores além de se organizarem para interferir na política de acordo com seus interesses comuns e recursos disponíveis.

Por sua vez, Baumgartner e Jones (2012) propõem explicações ao fato das políticas públicas serem marcadas pela alternância de longos períodos de estabilidade e mudanças rápidas. Os autores indicam como propulsores de mudanças novas informações, crises e pressões externas. Além disso, apontam a tendência à estabilidade resultante da resistência das instituições e sistemas políticos (Baumgartner; Jones, 2012).

O modelo da escolha pública, bastante conhecido para analisar decisões no setor público e também para as políticas públicas, foi desenvolvido a partir dos trabalhos de Buchanan e Tullock (1962). Nesse modelo assume-se que os atores políticos (os eleitores, os políticos e os

burocratas) são agentes maximizadores dos próprios interesses ou do interesse de grupos específicos. Em muitos casos esse processo se dá em detrimento da ampla maioria daquela sociedade, contrariando a ideia de que as decisões governamentais, incluindo decisões sobre as políticas públicas, são tomadas visando o bem comum.

Desenvolvido inicialmente por Kingdon (2003), o modelo dos múltiplos fluxos é amplamente utilizado para compreender a entrada do problema na agenda governamental, a construção das alternativas e a mudança política. Na próxima seção esse modelo é melhor detalhado.

## **O Modelo de Múltiplos Fluxos**

Dentre os diversos modelos teóricos desenvolvidos para o estudo das políticas públicas, há também o modelo de múltiplos fluxos de Kingdon (2003). O modelo foi desenvolvido para compreender políticas no contexto norte-americano, principalmente na saúde e transporte, mas segundo Capella (2018) ele se mostrou flexível e passou a ser utilizado em diferentes regiões do mundo, com diferentes sistemas políticos e para políticas de diferentes setores.

O modelo se concentra no processo pré-decisório considerando três fluxos: fluxo de problemas, fluxo de soluções e o fluxo político. O fluxo dos problemas pode ser decomposto em indicadores, eventos e feedbacks. Por sua vez, o fluxo das alternativas ocorre no interior de comunidades, especialistas compartilham e disputam determinadas ideias sobre soluções para os problemas. No fluxo político, está a mudanças no clima ou humor nacional, mudanças no governo e pressões de determinados grupos. Além dos fluxos, Kingdon (2003) apresenta mais dois conceitos, o de empreendedor de políticas públicas e o conceito de janela de oportunidade. Por fim, ele destaca os atores visíveis e os invisíveis que agem na definição dos problemas e soluções. A seguir os diferentes elementos desse modelo são detalhados.

### **Fluxo de Problemas**

Os governos são incapazes de lidar com todos os problemas para os quais indivíduos e grupos reivindicam intervenções (Capella, 2018). Diversas razões confluem para limitar a agenda dos governos, há desigualdade de acesso aos governantes, há limitações quanto a capacidade de captar e processar demandas, tempo, recursos são limitados e frequentemente não existe consenso sobre se determinadas situações são problemas. Como apontado por Kingdon (2003, p.109) “Problemas não são meramente as questões ou os eventos externos: há também um elemento interpretativo que envolve percepção”. Os problemas são também construções sociais. Nesse sentido, os governantes políticos e o corpo burocrático possuem discricionariedade e preferências e o mesmo com os grupos capazes de influenciar na agenda.

Kingdon (2003) aponta que a construção de indicadores é um elemento relevante para explicar a entrada do problema na agenda. Pode-se afirmar que eles trazem materialidade ao estado de coisas. A mensuração torna o estado de coisas cognoscível, embora não seja a mensuração suficiente para que seja classificado como problema e receba atenção. A título de exemplo, a mensuração das taxas de concentração de dióxido de carbono permite o acompanhamento das oscilações intertemporais, permite comparações entre regiões e comparação com algum padrão e investigações quantitativas a respeito de correlações e mesmo causalidades.

O autor ainda aponta que determinados eventos podem canalizar a atenção dos diferentes atores sociais a uma determinada questão (Kingdon, 2003). No contexto da educação, atentados em escolas com mortes de crianças direciona a atenção da mídia, das forças de segurança, especialistas em educação, dos pais e dos governantes, esses últimos instados a intervirem (Perry-Hazan; Birnhack, 2019).

Por fim, o fluxo de problemas se completa com os feedbacks. As políticas e programas desenvolvidos geram dados monitoráveis que podem ser reprocessados pelo sistema políticos e utilizados para guiar novas intervenções. Capella (2018, p.40) afirma que:

O monitoramento dos gastos, o acompanhamento das atividades de implementação, o cumprimento (ou não) de metas, possíveis reclamações de servidores ou dos cidadãos e o surgimento de consequências não-antecipadas são mecanismos que podem trazer os problemas para o centro das atenções dos formuladores de políticas (Capella, 2018, p.40).

Assim, de forma sintética, um estado de coisas mensurável direta ou indiretamente via algum indicador e que por algum motivo receba atenção dos atores relevantes terá maiores chances de entrar na agenda governamental.

### **Fluxo de alternativas ou soluções**

Uma vez que o estado de coisas foi mensurado, recebe atenção dos atores relevantes e é reconhecido como problema, então é necessário que uma intervenção seja apresentada: as alternativas ou soluções. Kingdon (2003) aponta que pode existir alguma independência entre o problema e a solução, ou seja, a solução não é necessariamente pensada após análise do problema em questão.

Dentro de comunidades de políticas (saúde, educação, segurança etc.) são pensadas alternativas para os problemas daquele setor de políticas. Essas comunidades são compostas por uma ampla variedade de atores, como pesquisadores, profissionais da área, grupos de interesse, políticos e seus assessores (Kingdon, 2003). Diversas soluções podem ser pensadas, mas apenas algumas conseguem relevância suficiente, após passarem por diversos critérios de seleção: viabilidade técnica, custos toleráveis e aceitabilidade da alternativa.

A viabilidade técnica deve existir para que a alternativa avance para a agenda governamental. Os governos dispõem de determinadas tecnologias, recursos humanos para implementar e algumas alternativas não serão materializadas.

Os custos das alternativas e a possibilidade de ajustá-lo ao orçamento é um fator crítico. Os orçamentos públicos não podem ser expandidos infinitamente, há limites para a geração de receitas. Há políticas em implementação e alternativas discutidas em relação a diversos outros problemas dentro ou fora do setor de políticas em questão, todas elas também demandam recursos. Além disso, há salários, dívidas de capital e aquisições que não podem ser ignoradas. Uma alternativa que inviabilize o funcionamento geral da máquina pública não é uma alternativa viável (Kingdon, 2003).

A aceitação das alternativas pode ser dividida entre diferentes subgrupos. Os especialistas no campo como os pesquisadores não darão suporte ou proporão qualquer solução, o mesmo pode ser dito pelos tomadores de decisão, políticos, burocratas e a população em geral (Kingdon, 2003). As discussões sobre alternativas e as tomadas de decisão ocorrem dentro de sistema de crenças, valores morais, além disso, existem interesses e prioridades. Assim, as pesquisas mais influentes entre pesquisadores podem revelar determinadas associações causais e determinadas intervenções como mais eficazes. Por sua vez, políticos e burocratas de desenhar e gerir as políticas têm compromissos prévios com grupos além de interesses próprios que podem ser melhor atendidos por algumas alternativas. A aceitação da população é demanda em alguma medida, pois ações dos governos que contrariem crenças e valores de sua população não recebem apoio e geram desgaste para sua legitimidade.

## **Fluxo da Política**

No componente político, Kingdon (2003) destaca três elementos: o clima ou humor nacional, mudanças de governo e pressões de grupos organizados. Há também o ator responsável por articular os três fluxos, o empreendedor de políticas no contexto de uma janela de oportunidade. Por fim, Kingdon (2003) separa em atores visíveis e invisíveis que influenciam nas políticas.

O clima nacional reflete as preferências dentro do contexto social, ele definirá se existe suporte ou resistência a determinadas discussões e posicionamentos (kingdon, 2003). Um clima desfavorável desestimula decisores a se envolver em determinados tópicos, seja para evitar desgaste ou por que há questões cujas discussões e soluções são mais demandadas.

Os grupos organizados como sindicatos, associações de empresas de um setor, organizações da sociedade civil são capazes de pressionar governos (políticos e burocratas) de modo mais eficaz que indivíduos isoladamente. Esses grupos podem fazer com que determinadas questões entrem na agenda ou, pelo contrário, que determinadas questões não sejam discutidas (kingdon, 2003).

As mudanças nos governos, principalmente em posições estratégicas, ou no legislativo, órgãos públicos, empresas podem trazer novas questões para a agenda governamental, mas também pode retirar determinadas questões (kingdon, 2003). As disputas pelo executivo e legislativo frequentemente envolve candidatos com preferências distintas, levando a agendas distintas. Os problemas prioritários para um grupo podem ser marginalmente mencionados pelo grupo rival, ou mesmo terem percepções opostas sobre se um estado de coisas é um problema.

Quando os diferentes fluxos convergem surge o que Kingdon, (2003) denomina de janela de oportunidades: o problema adquiriu relevância, há soluções consideradas adequadas e suporte político. Surge, o que o autor denomina de janela de oportunidade, para que ocorra a mudança da agenda. As janelas podem se abrir de forma previsível quando terminam as eleições (políticos são escolhidos, comumente eles alteram a cúpula política de ministérios, empresas estatais, assim como é alterada a composição do congresso). Kingdon (2003) ainda destaca que durante o ciclo orçamentário também pode ocorrer a oportunidade de mudança na agenda. Esses momentos de entrada de mudança implicam não apenas na possibilidade de inclusão de novas questões, mas também a retirada. Nesse último caso a janela de oportunidade é fechada. Um novo governo pode ser hostil a determinada questão ou solução, ou ainda, pode ter outras prioridades. A atenção e preferências da população não são estáticas e podem se alterar.

Para Kingdon (2003) a junção desses fluxos durante a abertura da janela de oportunidade depende do empreendedor de políticas. Esse ator pode ser membro do governo, via executivo, no legislativo ou pertencer a grupos de pressão, acadêmicos e na mídia, ele é especialista na questão, tem a capacidade de representar interesses e conta com autoridade que lhe dá legitimidade para tomar decisões. Além disso, possuem contatos políticos, capacidade de articulação e levam as propostas para diferentes espaços de discussão. Para Capella (2018) a defesa de ideias fica comprometida, problemas não recebem as soluções e as janelas de oportunidades não são aproveitadas.

Por fim, Kingdon (2003) separa os diferentes indivíduos envolvidos nesse complexo processo de definição das agendas em dois grandes grupos: atores invisíveis e atores visíveis. Os primeiros são aqueles indivíduos que ganham espaço na mídia e no imaginário público, como o presidente e seus nomeados para os altos postos da burocracia, representantes do legislativo, partidos políticos, campaigners, grupos de interesse. Esses têm maior participação na definição da agenda em relação ao fluxo de problemas e da política. Por outro lado, os atores invisíveis

são os assessores de parlamentares, burocratas, analistas, pesquisadores, consultores, esses atuam na delimitação das soluções.

## **METODOLOGIA**

O método para a condução da pesquisa foi o de estudo de caso único e a unidade de análise será o Programa do Governo Federal Pé-de-Meia, lançado em 2024. Esse método foi escolhido por permitir um aprofundamento num objeto a partir da combinação de diversas fontes de dados (Yin, 2001). O método tem como desvantagem a limitação de possíveis generalizações. A abordagem adotada foi qualitativa.

As informações sobre os fluxos (problemas, soluções e política) foram coletadas em fontes públicas disponíveis na internet. A pesquisa documental incluiu informações de agências governamentais como Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), plataformas de dados educacionais ligadas a fundações privadas como o Todos Pela Educação com atuação no setor educacional. A tabela 02 sintetiza as principais fontes de informações.

Tabela 02 – Fontes consultadas

<b>Objetivo</b>	<b>Fontes consultadas</b>
Descrição do Programa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024;</li> <li>• Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024;</li> <li>• Portaria Interministerial MEC/MF nº 8, de 7 de agosto de 2024;</li> <li>• Portaria nº 792, de 15 de agosto de 2024.</li> </ul>
Descrição do fluxo de Problemas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Censo Escolar do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais 2023 e 2024;</li> <li>• Nota Técnica: Taxas de atendimento escolar, 2021. Todos pela Educação;</li> <li>• Levantamento de Dados sobre alunos fora da escola, 2021. Todos pela educação;</li> <li>• Informações de plataformas de dados educacionais (Qedu).</li> </ul>
Descrição do fluxo de alternativas ou soluções	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Site da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG);</li> <li>• Artigos sobre programas de incentivo financeiro para estudantes.</li> </ul>
Descrição do Fluxo da política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos sobre a articulação política do Todos Pela Educação;</li> <li>• Nota Técnica Todos Pela Educação sobre proposta de incentivo financeiro para estudantes (2023);</li> <li>• Fluxo político no congresso (Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024);</li> <li>• Biografia da Deputada Tabata Amaral.</li> </ul>

Posteriormente as informações foram organizadas e se realizou a análise de conteúdo conforme proposto por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e, por fim, interpretação e inferência.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Programa Pé-de-Meia

O Programa Pé-de-Meia<sup>i</sup> é composto por um conjunto de incentivos financeiros direcionados a estudantes do ensino médio da rede pública. O objetivo é reduzir a incidência dos seguintes fenômenos: abandono, evasão, infrequência, reprovação e baixa participação no Enem. Se efetivo, o programa poderá aumentar a escolaridade da população e reduzir a desigualdades entre subgrupos de estudantes quanto aos resultados de acesso, permanência e conclusão e ingresso no ensino superior.

O público-alvo é composto por estudantes de baixa renda do ensino médio da rede pública com idade entre 14 e 24 anos e estudantes da educação de jovens e adultos (EJA<sup>ii</sup>) com idade entre 19 e 24 anos. Há condicionalidades de acesso do programa: a renda *per capita* familiar do estudante deve ser de no máximo meio salário mínimo e é necessário cadastro no CadÚnico. Para receber os incentivos econômicos é necessário que o estudante se matricule no ensino médio, possua frequência mensal de pelo menos 80% e conclua as séries correspondentes. A tabela 01 sintetiza os diferentes incentivos e condicionalidades.

Tabela 01- Incentivos financeiros do Pé-de-Meia

Incentivo	Valor	Número	Requisitos	Acesso ao recurso
Matrícula	R\$ 200,00	3	Matrícula em uma das séries do ensino médio	Assim que depositado
Frequência	R\$ 200,00	27	Frequência de pelo menos 80%	Assim que depositado
ENEM	R\$ 200,00	1	Inscrição e presença nos dois dias de prova do ENEM	Após a conclusão do Ensino Médio
Conclusão	R\$ 1000,00	3	Aprovação em cada série do ensino médio	Após a conclusão do Ensino Médio

Fonte: Elaboração própria

Em fevereiro de 2025 havia 3,9 milhões de beneficiários no programa, o repasse acumulado foi de 12,5 bilhões de reais (Brasil, 2025). Nas seções subsequentes o processo político e social que culminou nesse programa será apresentado.

### Fluxo de Problemas

O programa Pé-de-Meia tem como objetivos declarados combater um conjunto de problemas entre estudantes de menor poder aquisitivo do ensino médio público: infrequência, repetência, distorção idade-série, evasão e abandono. Entretanto, algum nível de infrequência é esperado para qualquer estudante, porém a partir de determinados níveis se torna um problema. Por sua vez, a repetência ocorre quando por diferentes razões o estudante repetirá a mesma série. A distorção idade-série ocorre quando o aluno possui idade superior ao esperado para a série, por exemplo, se a idade esperada para um estudante do primeiro ano do ensino médio é de 15 anos, mas o aluno possui 18 anos, ele apresenta uma distorção idade-série de 3 anos. A evasão ocorre

quando o estudante não está mais matriculado no sistema de ensino, no abandono ele apenas deixa de ir à escola durante o ano letivo, mas retorna no próximo.

Alguns levantamentos estatísticos de órgãos governamentais focalizam em apenas descrever e comparar as taxas de incidência, por exemplo, de evasão ou repetência escolar em diferentes entre grupos e subgrupos. Nas tabelas 03 e 04 há distribuições das frequências em relação à repetência e evasão, respectivamente, no ensino médio para diferentes subgrupos de estudantes para o ano de 2023 (INEP, 2023).

Tabela 03 – Repetência

<b>Categoria</b>	<b>(%)</b>
Quilombola	11,9
Educação indígena	10,7
Rural	5,2
Preta/parda	4,5
Masculino	4,4
Cor/Raça não declarada	4,1
Urbana	3,9
Educação Especial	3,7
Feminino	3,5
Branca	3
<b>Total</b>	<b>3,9</b>

Tabela 04 - Evasão

<b>Categoria</b>	<b>(%)</b>
Masculino	7,3
Preta/parda	6,3
Educação Especial	6,2
Cor/Raça não declarada	6,1
Rural	5,9
Urbana	5,9
Educação indígena	5,2
Branca	5,2
Quilombola	4,6
Feminino	4,5
<b>Total</b>	<b>5,9</b>

Fonte: Elaboração própria com base no censo escolar 2023

Além do INEP, diversas organizações e grupos privados produzem indicadores sobre educação. São exemplos os relatórios do movimento Todos Pela Educação (TPE), a plataforma Qedu que fornece dados educacionais em diferentes níveis de desagregação e atualmente está sob controle da Iede (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional) essa última mantidas pela B3 social e pela Fundação Lemann (Iede, 2025). Comunidades acadêmicas organizadas em grupos de pesquisa, departamentos, redes de pesquisa e periódicos científicos são também produtores e difusores de dados e avaliações no campo educacional. Por fim, há organismos internacionais como a OCDE (2024) e Banco Mundial (2025) que realizam pesquisas e estudos em escala global.

Há relação entre os indicadores, assim, justifica-se o tratamento conjunto dado aos mesmos pelo Programa Pé-de-Meia. Estudantes com muitas faltas não participam das aulas e por tanto não absorvem os conteúdos ministrados e perdem atividades avaliativas. Um efeito direto é o risco de reprovação, casos as taxas ultrapassem os limites. Em casos mais extremos, pode ocorrer o abandono do período letivo. Nesse último caso, se o aluno não retornar no ano seguinte, então ocorrerá a evasão. A distorção idade-série é resultado de reprovações sucessivas, abandonos e evasões seguidas de rematrículas.

Esses indicadores são afetados por diversos fenômenos sociais. Nesse sentido a crise sanitária enfrentada globalmente a partir de 2020 foi apontada por alguns atores como intensificadora dos referidos problemas. A difusão do coronavírus levou ao fechamento massivo das escolas. O afastamento compulsório dos estudantes como precaução às contaminações é apontado como um fator que intensificou o número de jovens não matriculados em instituições de ensino regular (TPE, 2021). O fechamento das escolas foi amplamente debatido por especialistas,

políticos e com cobertura midiática, o que direcionou a atenção da população para o campo educacional, especialmente para os riscos de abandono e evasão.

### **Fluxo de alternativas ou soluções**

Dado a distribuição de responsabilidades entre União, estados e municípios para o fornecimento da educação pública, diferentes estratégias de intervenção produzidas pelos entes coexistem. Há legislações federais para pressionar os pais dos estudantes infrequentes com acionamento do Conselho Tutelar para investigar os casos. Além disso, alguns programas sociais exigem frequência escolar como condicionalidade de acesso. Por outro lado, há programas estaduais que adotam estratégias não punitivas, como o “Busca Ativa”. Em Minas Gerais o programa foi desenhado em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a infância (Minas Gerais, 2025). Funcionários da escola vão atrás dos jovens estudantes com excesso de faltas, ou que tenham abandonado/evadido da escola.

Medidas administrativas como a progressão continuada, na qual o desempenho insatisfatório não resulta em reprovação, mas em aulas de reforço para recuperar o aprendizado ao longo do ano seguinte reduzem as taxas de reprovação. Por sua vez, O programa “Acelerar Para Vencer” também no estado de Minas Gerais permitia que alguns alunos com distorção idade-série realizassem duas séries no mesmo ano letivo para reduzir os efeitos de reprovações e abandonos escolares passados(Cardoso, 2016).

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que possibilita que estudantes que abandonaram a escola ou que acumulem grande distorção idade-idade série possam concluir o grau de escolaridade faltante. Esse é o caso, dos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESECs) são escolas projetadas especificamente para atender essa demanda com o tempo de formação reduzido e com controles de frequência e horários flexibilizados (Minas Gerais, 2025 ).

O processo de avaliação do desempenho das escolas e redes de ensino pelo INEP através do Ideb criou estímulos para a adoção de medidas de combate à reprovação dentro das próprias escolas e redes. O Ideb agrega o desempenho em testes padronizados e a taxa de aprovação, de forma que maiores taxas de reprovação reduzem o indicador de desempenho das escolas.

Por sua vez, os programas de incentivo financeiro para estudantes não são raros ou recentes. Valente (2003) estudou alguns programas de transferência de renda para famílias de estudantes em vulnerabilidade social: o Programa Nacional de Bolsa Escola (PNBE) e Programa Garantia de Renda Mínima para “Toda criança na escola” (PGRM) desenhados e implementados no início dos anos 2000. Diversos programas similares já foram criados como o Poupança Jovem (MG), 2007 a 2016; Renda Melhor Jovem I (RJ), 2011 a 2016, ou ainda o programa Todo Jovem na Escola I (RS), 2021 a 2023. Assim, o Programa Pé-de-Meia é semelhante às soluções anteriores com algumas variações no desenho. Nesse sentido, pode-se dizer que os formuladores e políticos já presumiram a viabilidade técnica de executar o programa. O Ministério da Educação forneceu o sistema digital para controle da observância das condicionalidades, enquanto o Ministério do desenvolvimento forneceu dados sobre dos estudantes inscritos no CadÚnico e a Caixa Econômica Federal operacionalizou os pagamentos (MEC, 2025).

O critério de viabilidade econômica foi atendido na medida que existe um fundo privado desenvolvido a partir de cotas financiadas pela União. Os recursos do fundo podem somar até R\$ 20 bilhões e são originários de lucros de investimentos financeiros, superávits do Fundo Social, Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo e do Fundo Garantidor de

Operações. O fundo privado foi denominado de “Fundo de Incentivo à permanência no Ensino Médio (Fipem)”(TCU, 2025).

Programas de transferência de renda em geral e programas de bolsas financeiras para estudantes contam com a aceitação de comunidades de pesquisadores, essas ações são vistas como formas de atenuar algumas desigualdades (Gerard; Naritomi; Silva, 2021). No caso do Pé-de-Meia, alguns grupos de pressão se posicionaram favoravelmente ao projeto enquanto ele estava em tramitação. Por exemplo, o Todos pela Educação, demonstrou apoio ao projeto de lei que deu origem ao programa (TPE, 2023).

O programa de incentivos foi aprovado no legislativo pela Lei 14.818/24 (Brasil, 2024), assim contado com o apoio político necessário. No poder executivo<sup>iii</sup>, o Presidente Lula defendeu o programa em fase de implementação: “Esse programa não tem como objetivo apenas dar dinheiro para os estudantes estudarem. É mais do que isso. É uma demonstração que nós estamos dando para que a gente não veja mais jovens desistirem da escola porque precisam trabalhar para levar comida para casa” (Agência Gov, 2024).

Em um conjunto de seminários sobre o primeiro ano de implementação do Programa Pé-de-Meia, o corpo burocrático do Ministério da Educação mostrou-se engajado com a iniciativa, desde o Ministro Camilo Santana até o médio escalão (MEC, 2025),.

Por fim, como mencionado anteriormente, o programa não gerou por si grandes embates entre a população em geral, embora também não haja consenso. Pode-se dizer que não houve forte resistência às bolsas financeiras aos estudantes a ponto de gerar desgastes inaceitáveis ao legislativo e ao Governo.

### **Fluxo da Política**

O programa Pé-de-Meia não foi um programa envolto em intensos embates ideológicos na sociedade civil, como se observa em outros projetos que levantam posições antagônicas. Assim, entre a população não havia clamor, rejeição ou polarização claramente identificável.

No Brasil um importante grupo de pressão da sociedade civil se posicionou favoravelmente a criação do programa: o Todos Pela Educação (TPE). Essa organização foi fundada em 2006 e desde então assume um papel de *Think Tank* da educação e se declara “uma organização independente que faz advocacy pela Educação Básica no Brasil. [cujo] foco é atuar para que o poder público formule e implemente políticas públicas educacionais de maneira mais efetiva”(TPE, 2025). O TPE promove pautas e articulação de atores do campo educacional em prol do avanço de determinadas discussões, em especial na educação básica. A organização produz relatórios, notas técnicas e posicionamentos em programas jornalísticos sobre aquilo que considera problemas da educação básica e propõe intervenções. Representantes da organização participam em sessões no legislativo para defesa de suas ideias, desenvolvem processos formativos para o corpo burocrático e político do Estado, são realizadas conferências próprias com pesquisadores, burocratas, políticos, jornalistas, professores ligados à educação (Martins; Krawczyk, 2018).

Além dos canais próprios para divulgação e comunicação (site e redes sociais), o TPE participa também fornecendo avaliações e comentários para diversos programas jornalísticos sobre problemas e suas propostas de intervenção. Por exemplo, durante o período da pandemia de covid-19 os especialistas do TPE comentaram sobre o crescimento das taxas de abandono e evasão em programas jornalísticos de cobertura nacional (TPE, 2021). Alguns trabalhos

acadêmicos corroboram com a percepção do TPE como um ator relevante em todo o ciclo de políticas públicas direcionadas à educação. Segundo Martins e Krawczyk (2018, p.12):

O TPE possui uma projeção que nenhum outro grupo que atua junto da educação na sociedade brasileira possui: em pouco tempo esse movimento passou a ser considerado –sobretudo pela mídia – como um especialista em educação, obtendo, assim, uma posição de privilégio dentro do processo de política. Esse status foi alcançado também por meio da sua capacidade de mobilização e comunicação com a sociedade e da divulgação de conhecimentos técnicos – atuando como Think Tank da educação[...] (Martins; Krawczyk, 2018, p.12).

Os recursos da organização são provenientes de doações de pessoas físicas e jurídicas, entre as últimas estão diversas fundações oriundas de grupos empresariais. São apresentadas como mantenedoras, por exemplo, a Fundação Roberto Marinho que atua no campo de comunicação com canais de TV aberta, fechada, Streaming e jornais como G1 e Globo, o que permite a penetração nesses veículos para difusão de sua agenda. O setor financeiro é representado no TPE via Fundação Bradesco, Fundação Itaú, Instituto Unibanco e B3. No total, 49 fundações são apresentadas como mantenedoras (TPE, 2025). Além dessa proximidade com o setor privado, Segundo Martins e Krawczyk (2018) existe alta capilaridade do TPE na máquina Estatal, com membros do TPE fluindo da e para a máquina estatal em cargos estratégicos da burocracia educacional.

A organização atua em todas as etapas do ciclo das políticas educacionais. Ela é capaz de caracterizar determinados estados de coisas como problemas, fornecer indicadores, introduzir discussões nos espaços da mídia para sensibilizar população e governantes (influenciado as agendas), fornecem alternativas/soluções para gestores e políticos e articular intervenções conjuntamente, e por fim, são também avaliadores dos resultados das ações, nos quais são encontrados novos problemas, assim, reiniciando o ciclo de sua participação nas políticas e programas educacionais.

De janeiro de 2019 a dezembro de 2022 o Brasil teve um poder executivo federal com direcionamento ideológico à direita. Desde o período eleitoral, mas também durante o exercício do governo Bolsonaro, houve diversos embates entre o segmento da educação e o executivo. Havia a crença de que o campo da educação era uma zona de influência política e ideológica contrária ao seu governo.

O *locus* de problemas e soluções para a educação varia conforme o espectro ideológico. Frequentemente políticos à direita<sup>iv</sup> direcionam maior atenção às informações e opiniões dos professores ligadas a temáticas de gênero, sexualidade e uma real ou suposta inspiração comunista na educação. As soluções passariam por maior monitoramento dos docentes. Por sua vez, o baixo desempenho e a indisciplina seriam resolvidos pelo controle militar das escolas, como com Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Brasil, 2019).

Entretanto após a eleição de 2022, houve uma mudança ideológica no Governo Federal e com tal mudança novas visões ideológicas e agendas passaram a vigorar. Houve a nomeação de Camilo Santana como Ministro da Educação, uma figura política legitimada pelos resultados do Ceará em indicadores de qualidade da educação. No ensino superior, o governo Lula possui um histórico de suporte a programas de financiamento educacional como o FIES e o PROUNI e mais recentemente o Programa Pé-de-Meia das Licenciaturas para atrair estudantes do ensino superior para a carreira docente. No geral, os governos de esquerda são marcados por discursos mais favoráveis ao setor educacional e ao combate às desigualdades, entre elas as educacionais, um dos focos do Programa Pé-de-Meia.

No legislativo, a Deputada Federal Tábata Amaral foi autora da lei que cria o programa de incentivos financeiros, o PL 54/21 que após o rito pelo senado e presidência se transformou na Lei 14.818, que posteriormente receberia o nome “Pé-de-Meia” (Câmara Federal, 2024). Ela é reconhecida por desenvolver diversos projetos dentro do campo educacional. Sua biografia pessoal conta com o fato dela ter se destacado ainda jovem e de origem social desfavorecida em olimpíadas de Matemática e posteriormente ter estudado em Harvard. No âmbito da sociedade civil, é cofundadora do Movimento Mapa Educação que visa engajar jovens com projetos educacionais. Dentro do Legislativo, foi autora do Projeto de Lei 2595/2019 que promove alterações no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Também foi autora do PL 2725/2022 que impõe exigências de transparência e controle social na educação. Atualmente é vice-presidente da frente parlamentar mista de educação na câmara dos deputados federais (FPME, 2023). Ela também é presidente da comissão do novo Plano Nacional de Educação (2024-2034). Assim, apresentando um elevado envolvimento com o campo educacional e capacidade de articulação política. Ela pode ser caracterizada como uma empreendedora política do programa.

Enquanto empreendedora da política, a deputada Tabata Amaral conseguiu articular os problemas da infrequência, reprovação, abandono, evasão e distorção idade-série à proposta de solução via incentivos financeiros. Ao mesmo tempo, foi capaz de aproveitar o contexto político favorável, utilizando sua posição de autoridade dentro das discussões educacionais e as suas redes de conexão. Além disso, ela defendeu a criação do programa em diversos espaços da mídia e no Congresso. Assim, ela utilizou a janela de oportunidade aberta com a mudança política.

Por fim, entre os atores mais visíveis foram a Deputada Tábata Amaral, o Ministro da Educação Camilo Santana e o Presidente Lula a candidata à presidência Simone Tebet (atual Ministra do planejamento). Esses atores fizeram a defesa do programa em eventos públicos e em participações em jornais e redes sociais. Na sociedade civil organizada, um importante ator visível foi o TPE. Os atores invisíveis foram os assessores parlamentares que trabalharam na articulação, burocratas do Ministérios da Educação e pesquisadores dedicados a temáticas da educação.

## CONCLUSÃO

Essa pesquisa investigou, a partir do modelo de múltiplos fluxos de Kingdon (2003), a formação da agenda que culminou no programa Pé-de-Meia. O modelo se mostrou adequado para organizar as informações a respeito de estado de coisas definidos como problemas, atores sociais e processos de interação.

Após a universalização na oferta de vagas da educação básica, a permanência dos jovens na educação passou a ser um desafio mantê-los no sistema de ensino, principalmente jovens do ensino médio de baixa condição econômica. Diversas intervenções públicas são testadas ao longo do tempo e em paralelo, como é o caso de programas de bolsas para estudantes da educação básica.

Uma limitação deste trabalho decorre da ausência de dados primários, por exemplo, entrevistas com atores que articularam longe dos meios de comunicação para que o programa Pé-de-meia fosse materializado na agenda. Porém, essas informações não públicas são menos acessíveis. Assim, futuros trabalhos poderiam incluir dados primários que poderiam revelar novos atores-chave e suas estratégias de articulação.

## REFERÊNCIAS

Agência Gov. Lula: 'Criamos o Pé-de-Meia para que nenhum jovem desista da educação nem de ter esperança'. 18. Out. 2024. Disponível em:

<https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202410/lula-pe-de-meia-para-nenhum-jovem-desista-da-escola-e-de-sonhar>. Acesso em: 30 maio 2025.

Banco Mundial. The World Bank Group is the largest financier of education in the developing world. 2025. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/education>. Acesso em: 30 maio 2025.

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Lisboa Edições, 2016.

BAUMGARTNER, F. R. JONES, B. D. From There to Here: Punctuated Equilibrium to the General Punctuation Thesis to a Theory of Government Information Processing. **Policy Studies Journal**, v.40, n.1, 2012. Disponível em: <https://fbaum.unc.edu/articles/01-Jones-Baumgartner.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2025.

BIRKLAND, T. A. **An introduction to the policy process**: Theories, concepts, and models of public policy making. 5.ed. New York: Routledge, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Pé-de-Meia. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputada Tabata Amaral. Titular em Exercício 2023-2027. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204534?ano=2024>. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 set. 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm). Acesso em: 04 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 jan. 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14818.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14818.htm). Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024. Regulamenta a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público, e cria o Programa Pé-de-Meia. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 jan. 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/D11901.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11901.htm). Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Fazenda. Portaria Interministerial MEC/MF nº 8, de 7 de agosto de 2024. Estabelece normas e procedimentos para a gestão do Programa Pé-de-Meia na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2024. Disponível em: Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-mec/mf-n-8-de-7-de-agosto-de-2024-577117470>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm) Acesso em: 20 abril. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Ampliação do Programa Pé-de-Meia. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BUCHANAN, J. M. TULLOCK, G. **The calculus of consent**: logical foundations of constitutional democracy. Michigan: University of Michigan Press, 1962.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018.

CARDOSO, M. P. **O programa mineiro “Acelerar para Vencer” (PAV): a formação docente e discente no contexto de reforma estatal em Minas Gerais**. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF\\_53fac39827cd246fbb6c396c9df972fa](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF_53fac39827cd246fbb6c396c9df972fa). Acesso em: 30 maio 2025.

FPME – Frente Parlamentar Mista da Educação. 2025. Disponível em: <https://frentedaeducacao.org.br/membros-2025/>. Acesso em: 30 maio 2025.

Gerard, F.; Naritomi, J.; Silva, J. **Cash Transfers and the Local Economy**: Evidence from Brazil. Policy Research Working Paper. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/769531632319615215/pdf/Cash-Transfers-and-Formal-Labor-Markets-Evidence-from-Brazil.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

Iede - Interdisciplinariedade e Evidências no Debate Educacional. 2025. Disponível em: <https://portaliede.org.br/sobre-o-iede/>. Acesso em: 30 maio 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar 2023: Divulgação de resultados. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/centso\\_escolar/resultados/2023/apresentacao\\_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/centso_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf). Acesso em: 25 mar. 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo Escolar da Educação Básica 2023: Divulgação dos resultados. 2023. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/centso\\_escolar/resultados/2023/apresentacao\\_coletiva.pdf#](https://download.inep.gov.br/centso_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf#). Acesso em: 30 maio 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_centso\\_escolar\\_2024.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_centso_escolar_2024.pdf). Acesso em: 30 maio 2025.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives, and public policies**. 3. ed. New York: Harper Collins, [1984], 2003.

Lançamento do MEC Gestão Presente. Vídeo. 4h 49min 01s. Publicado pelo canal **Ministério da Educação**. 2 abr. 2025. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=wBoZsQQz-as&ab\\_channel=Minist%C3%A9riodaEduca%C3%A7%C3%A3o](https://www.youtube.com/watch?v=wBoZsQQz-as&ab_channel=Minist%C3%A9riodaEduca%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 20 abril. 2025.

LASSWELL, H. The Policy Orientation. In: LERNER, Daniel; LASSWELL, H. (Eds.). **The Policy Sciences**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1951.

MARQUES, L. T. et al. Mineração de dados auxiliando na descoberta das causas da evasão escolar: Um Mapeamento Sistemático da Literatura. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 194–203, 2019.

MARTINS, M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 1, p. 4-20, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21814/rpe.12674>. Acesso em: 30 maio 2025.

MINAS GERAIS. Concluir o Ensino Médio por meio de cursos oferecidos pelos CESEC. 2025. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/servico/concluir-o-ensino-medio-por-meio-de-cursos-oferecidos-pelos-cesec>. Acesso em: 30 maio 2025.

MINAS GERAIS. Educação lança oficialmente Campanha de Busca Ativa Escolar 2025 para localizar estudantes infrequentes. 2025. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/educacao-lanca-oficialmente-campanha-de-busca-ativa-escolar-2025-para-localizar-estudantes-infrequentes/>. Acesso em: 30 maio 2025.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. **Education at a Glance 2024**. Paris: OCDE Publishing, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/c00cad36-en>. Acesso em: 30 maio 2025.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. **Education in Brazil: An International Perspective**. Paris: OCDE Publishing, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/60a667f7-en>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PERRY-HAZAN, L.; BIRNHACK, M. Caught on camera: Teacher's surveillance in schools. **Teaching and Teacher Education**. v.78, p. 193-204, fev. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0742051X1830845X?via%3Dihub>. Acesso em: 20 abril. 2025.

Poder360. Plano de governo de Simone Tebet. 2022. Disponível em: [https://static.poder360.com.br/2022/08/diretrizes\\_simone\\_tebet.pdf](https://static.poder360.com.br/2022/08/diretrizes_simone_tebet.pdf). Acesso em: 30 maio 2025.

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. Brasília: CAPES, 2009.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

STF -Supremo Tribunal Federal. STF notifica deputado Eduardo Bolsonaro em queixa-crime por ter comparado professor a traficante. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=517839&ori=1>. Acesso em: 30 maio 2025.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a Teoria na prática. **RAP – Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006.

Todos Pela Educação - TPE. Dados do Todos Pela Educação Mostram Crescimento no Número de Alunos Fora da Escola. 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/tag/evasao/>. Acesso em: 30 maio 2025.

Todos Pela Educação – TPE. Nota Técnica: Taxas de Atendimento escolar. 2021. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm\\_source=site&utm\\_id=nota](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota). Acesso em: 30 maio 2025.

Todos Pela Educação - TPE. Transparência: Nossos Mantenedores. 2025. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/transparencia/>. Acesso em: 30 maio 2025.

Todos Pela Educação -TPE. Advocacy por políticas públicas efetivas: Advocacy pela Educação Básica no Brasil. 2024. Disponível em:<https://todospelaeducacao.org.br/sobre/>. Acesso em: 30 maio

Todos Pela Educação -TPE.Todos lança análise de propostas de incentivo financeiro para estudantes. 2023. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/todos-lanca-analise-de-propostas-de-incentivo-financeiro-para-estudantes/>. Acesso em: 30 maio 2025.

Tribunal de Contas da União. Ministério da Educação deve adequar uso de recursos para o Programa Pé-de-Meia.2025. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/ministerio-da-educacao-deve-adequar-uso-de-recursos-para-o-programa-pe-de-meia>. Acesso em: 30 maio 2025.

VALENTE, A. L. O Programa Nacional de Bolsa Escola e as ações afirmativas no campo educacional. **Revista Brasileira de Educação**,n.24, p. 165-182, Dez. 2003.

VEJA. Plano de governo de Jair Bolsonaro. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

WEIBLE, C. M., SABATIER, P. A., & MCQUEEN, K. Themes and variations: Taking stock of the advocacy coalition framework. **Policy Studies Journal**, 37(1), p.121-140. (2009). Fev. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.2008.00299.x>. Acesso em: 31 mar. 2025.

Yin, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed.Porto Alegre: Bookman, 2001.

---

<sup>i</sup> Informações retiradas da Lei nº 14.818 e diversas portarias e decretos subsequentes (Brasil, 2024a; Brasil, 2024b; Brasil 2024c).

<sup>ii</sup> Há diferenças na forma de distribuição do benefício na modalidade EJA

<sup>iii</sup> No período eleitoral, a candidata ao executivo Simoni Tebet defendeu a criação de um programa de incentivos financeiros, o “Poupança Mais educação” (poder360, 2022). Posteriormente, ela se tornou Ministra do Planejamento e Orçamento.

<sup>iv</sup> Alguns exemplos de hostilidade discursiva: O plano de governo de Bolsonaro incluía em destaque como principais problemas do campo educacional a doutrinação ideológica e sexualização das crianças (Veja, 2018). O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) afirmou que “não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante de drogas que tenta sequestrar e levar os nossos filhos para o mundo do crime”(STF, 2023). Embora não represente todo o espectro político, determinadas afirmações não são vistas à esquerda contra professores.